

# Capital humano, educação e ideologia

Alessandro Macedo\*

## Introdução

A temática da educação é uma temática clássica da Sociologia e perpassa por vários campos das ciências humanas. A concepção de educação é muito ampla, e possui um variado conjunto de conceitos e definições. Ao longo de seu desenvolvimento, a educação concebida a partir das sociedades ocidentais passou por sucessivas fases, tais como a educação clássica (Grécia e Roma) e educação moderna. Cada um destes períodos históricos possui suas determinações, e a educação que corresponde a tal sociabilidade. Assim, a educação pode ser entendida como processo de socialização. A história da educação formal e escolar remonta a Grécia antiga e está vinculada a divisão social do trabalho.

A divisão social do trabalho pressupõe uma sociedade dividida em classes sociais. No entanto, isso só ocorre quando se torna mais complexa e ampla. Por conseguinte, isso já estava colocado na Grécia e na Roma antiga, porém de forma embrionária diferente da complexidade da sociedade de classes da modernidade. A divisão social do trabalho precedente da educação como instituição de socialização, também está na gênese de outro fenômeno social, chamado ideologia. Nesse sentido, no artigo “*capital humano, educação e ideologia*” buscarei analisar uma ideologia educacional específica que ficou conhecida como capital humano. O capital humano, tem na obra: *O valor econômico da educação* de Theodor Schultz, seu marco fundador. A tese central postulada por essa ideologia, é que a educação por si mesma é capaz de sanar e aplainar as desigualdades sociais, tanto no plano pessoal como coletivo. Isso contribuiu para efetivar uma concepção messiânica de educação fundamentada na racionalidade da especialização.

Portanto, para não cair em equívocos e contradições, nossa análise será desenvolvida sob as premissas do método dialético. O método dialético como recurso heurístico é capaz de analisar qualquer fenômeno social nas sociedades modernas. (KORSCH, 1977, VIANA, 2015). Assim, buscaremos compreender a ideologia do capital humano, suas especificidades, bem como sua essência. Sendo que o intento final desse artigo é mostrar o verdadeiro significado dessa ideologia e seu vínculo com a reprodução do capital.

---

\* Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é aluno do Programa de Pós-graduação em Sociologia. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais (NEMOS/UFG).

### **A gênese da ideologia**

A sociedade capitalista está assentada em um conjunto de relações sociais. Essas relações sociais, são legitimadas e reguladas por um conjunto de instituições que juntas formam o estado. A formação do estado se dá a partir do desenvolvimento das forças produtivas, que gera a divisão social do trabalho e as classes sociais (VIANA, 2003). No entanto, não devemos reduzir o desenvolvimento do estado a essa única forma, adverte esse autor. Se tratando das sociedades ocidentais, em específico, a Europa Ocidental, verifica-se a existência de quatro modos de produção. Modo de produção primitivo, modo de produção escravista, modo de produção feudal e modo de produção capitalista.

Assim, essas sociedades experimentaram três formas de estado, uma vez que no modo de produção primitivo, a divisão social do trabalho bem como o desenvolvimento das forças produtivas ainda era muito rudimentar. Desse modo, temos o estado escravista, estado feudal e estado moderno (capitalista). O estado moderno ou estado capitalista como preferir, que está em curso na atualidade, emerge junto com o modo de produção capitalista, através das revoluções burguesas, em substituição ao modo de produção feudal e sua forma de estado. Assim, para (VIANA, 2003, p. 28) “a determinação fundamental do estado é o modo de produção”.

Neste sentido, podemos entender que o estado é um conjunto de estruturas sociais que deriva direto do modo de produção e, por conseguinte está a serviço do mesmo; isso significa entender que está a serviço de uma classe. Neste caso a classe detentora dos meios de produção tal como: (terras e fábricas). Todavia, o estado figura como um conjunto de instituições, (escola, universidades, polícia, exército, partidos políticos, etc.) cuja finalidade é fazer sobressair um conjunto de interesses e valores de uma classe social.

Deve-se perguntar: qual o meio que essas instituições utilizam para legitimar e naturalizar esse conjunto de interesses, como sendo gerais e a-históricos para imprimir a sociabilidade requerida no sentido de conservar a sociedade de classes? A resposta: por meio da ideologia. Poucos sabem o significado real desse termo, acreditando se tratar apenas de uma expressão despreziosa de ideias e valores, de uma determinada pessoa ou grupo social. Assim temos: falsa ideologia, ideologia verdadeira, ideologia política, ideologia religiosa, dentre outras colocações. Mas o que é ideologia? De onde vem esse termo? Qual o seu verdadeiro sentido?

A história do conceito de ideologia remete a revolução francesa. Neste contexto histórico ocorre a emergência de novos discursos, novas formas de conceber e sistematizar os valores da emergente sociedade capitalista. Valores estes que diferem dos valores da sociedade feudal. Os valores agora em voga são os da burguesia, que ascende como classe social dominante, e que se traduz em um conjunto de normas jurídicas, políticas e econômicas. A forma como a burguesia vai legitimar, sistematizar intelectualmente seu conjunto de interesses, como sendo o interesse geral, é o que Marx (1983), vai chamar de ideologia. Segundo Marilena Chauí, quem primeiro fez uso deste termo foi Destutt de Tracy:

O termo ideologia aparece pela primeira vez em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Elements d' Ideologie*, (elementos de ideologia). Juntamente com o médico Cabanis com De Gerando e Volney, Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção), recordar (memória) (CHAUÍ, 1980, p. 10).

Essa formulação de Destutt de Tracy, deriva do modelo das Ciências Naturais, onde o pensamento e a experiência podem ser medidos e quantificados em termos de composição e recomposição, dotada de uma certeza verificável. Seguindo o desenvolvimento do termo e a derrocada dos ideólogos franceses em construir uma ciência da moral, outro pensador que vai teorizar sobre a ideologia é August Comte:

Como teoria, a ideologia é produzida pelos sábios que recolhem opiniões e sobretudo, as corrigem eliminando todo elemento religioso ou metafísico que porventura nelas exista. Sendo o conhecimento da formação das ideias, tanto do ponto de vista psicológico como do ponto de vista social, sendo o conhecimento científico das leis necessárias do real e sendo corretivo das ideias comuns de uma sociedade, a ideologia como teoria passa a ter um comando sobre a prática dos homens, que devem se submeter aos critérios e mandamentos dos teóricos antes de agir (CHAUÍ, 1980, p. 11).

Essa definição elaborada por Comte é ideológica. Embora isso ainda não apareça de forma clara, como será demonstrado adiante, essa definição contém alguns elementos que contribuem para conceituar a ideologia em seu sentido real. Essa concepção reproduz a ideia que legitima a divisão social do trabalho, apresentando a supremacia da teoria sobre a prática, na qual alguns pensam e outros executam. Essas duas formas de conceber a ideologia, por si mesmas, já se mostram ideológicas, ou melhor dizendo, uma concepção ideológica da ideologia. Entretanto, para entendermos a manifestação real da ideologia, como ela opera, o que a torna possível, quais suas determinações, como seu discurso assume *status* de verdade

e passa a orientar os indivíduos socialmente, é necessário adentrar o terreno da divisão social do trabalho, como observou Marx e Engels em *A ideologia alemã*.

A divisão social do trabalho é a separação dos seres humanos na execução do trabalho, sendo que, a divisão entre trabalho intelectual e manual, é uma forma que expressa essa divisão. A divisão social do trabalho é um processo histórico e é condicionada pelo modo de produção, a partir do desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, como as ideias são formadas socialmente, isto é, são produtos das relações sociais, das quais fazem parte indivíduos reais, inseridos em relações reais, determinadas historicamente. Essa divisão social do trabalho condiciona o surgimento do especialista do trabalho intelectual, e a partir desse momento as ideias tendem aparentemente a se tornar autônomas, como se existissem por si mesmas, independentes das condições sociais e dos seres que as produzem. Como afirma, Marx e Engels:

A partir desse momento, a consciência pode realmente imaginar ser algo diferente da consciência da práxis existente, representar realmente algo sem representar algo real; desde este instante a consciência está em condições de emancipar se do mundo e entregar se a criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral, etc. (MARX e ENGELS, 1986, p.45).

Desse modo, pode-se afirmar que a ideologia é uma forma de dominação de classe. Pois a mesma se origina na divisão social do trabalho, a partir do desenvolvimento do modo de produção. A ideologia como falsa consciência da realidade sistematizada tem como característica impossibilitar que os indivíduos que compõem as classes dominadas, tenham uma consciência correta da realidade. E por quê? Porque não é do interesse da classe que a produz, neste caso a classe dominante (burguesia, no caso do capitalismo) e suas classes auxiliares, que a classe dominada (proletários, no caso do capitalismo), tenha consciência de sua exploração. Neste sentido, os ideólogos da classe dominante vão produzir os discursos científicos, filosóficos e teológicos, que vão legitimar perante a sociedade as relações sociais assentadas na exploração de uma classe por outra. Assim:

A ideologia no sentido marxista, é uma falsa consciência caracterizada pela *sistematicidade*, ou seja, um pensamento complexo que inverte a realidade e pode possuir a forma de teologia, filosofia, ciência, etc., ou seja é *um sistema de pensamento ilusório* (VIANA, 2015, p. 75).

Dessa forma, concebe-se a ideologia, como sendo a expressão de uma consciência deformada, que devido a sua sistematicidade discursiva (teologia, filosofia, ciência), permite dissimular o conjunto de interesses e valores de uma classe social. Assim, legitima-se a

divisão social do trabalho, oculta-se os antagonismos de classe e produz-se um imaginário social fictício.

### As origens históricas do capital humano

As origens históricas do capital humano remontam às formulações dos economistas liberais, tal como Adam Smith e Alfred Marshall. Portanto, foi Adam Smith em sua obra *A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas*, quem primeiro teceu formulações a respeito do incremento educacional como fator de aumento da produção e do desenvolvimento econômico. Assim, segundo o próprio Smith:

Quando se instala uma máquina cara, espera que o extraordinário trabalho que pode fornecer antes de ficar inutilizada, reponha o capital gasto nela, permitindo simultaneamente, pelo menos lucros normais. Um homem educado à custa de muito tempo e trabalho num qualquer desses empregos onde se requer uma extraordinária habilidade e destreza pode ser comparado a uma dessas máquinas caras o trabalho que aprende a efetuar e que será pago por salários mais altos do que os empregados vulgares deverão repor toda despesa de sua educação de forma que corresponda pelo menos aos lucros normais de um capital valioso (SMITH, 1995, p. 90).

Embora essa passagem não aponte diretamente para a questão do capital humano, tendo em vista que Marx (2006) também considerou que o valor da força de trabalho complexa é maior que a simples. Assim, podemos supor que foi a partir de tais prerrogativas que os ideólogos do capital humano buscaram subsídios para apoiar seus postulados. Com relação a Marshall, tendo em vista que este não se dedicou de forma mais aprofundada na questão da instrução como fez Smith, em seu *Princípios de economia*, não deixa de observar que o investimento em escolas está associado ao crescimento da riqueza nacional.

No plano pessoal, ficaria a cargo do trabalhador buscar por sua qualificação técnica, segundo sua posição na divisão social do trabalho. Isso resultaria em melhores salários e, conseqüentemente, ampliação de suas satisfações pessoais. Por conseguinte, foi a partir dos anos 1950, no contexto do pós-guerra que essa ideologia vai ser desenvolvida de forma sistemática, de acordo com a definição marxista desse termo. Em 1958 o professor de economia da educação e especialista em economia agrária, vinculado a Universidade de Chicago, Theodor Schultz, juntamente com Gary Becker e Jacob Mincer, tinha um grupo de estudo voltado para o tema da educação, que a analisava por um viés econômico. Posteriormente, com a publicação dos trabalhos desses três ideólogos nascia a atual ideologia do capital humano.

Schultz, considerado o cabeça desse grupo e agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, foi quem desenvolveu de forma aprofundada os postulados dessa ideologia. A partir da publicação de *O valor econômico da educação* (1964) e *Capital humano: investimento em educação e pesquisa* (1975), foi que essa ideologia passou a ser prestigiada como concepção que explicava o desenvolvimento econômico e Schultz passar a ser o seu grande representante.

### **A formação do capital humano**

Na composição da teoria do capital humano, Schultz parte do pressuposto de que o investimento em educação, tanto em nível pessoal quanto macro, conduz a ganhos de produtividade para a sociedade como um todo. Neste sentido, o investimento básico para formação do capital humano é a educação (SCHULTZ, 1964). Assim, as formulações derivadas da economia clássica que considera que os fatores de produção e crescimento estão diretamente relacionados com recursos naturais, capital e trabalho, são questionáveis diante das determinações engendradas pelo capital humano. Por conseguinte, Schultz concebe o conhecimento como capital, transformando a educação em um mero ativo líquido desse capital. A aquisição desse capital (especialização), bem como a sua reprodução, ou seja, a venda dessa força de trabalho especializada é um critério tomado pelo dono desse capital (trabalhador especializado). Dessa forma, segundo Schultz:

[...] na proposição segundo a qual as pessoas valorizam as suas capacidades, quer como produtores, quer como consumidores, pelo alto investimento, e de que a instrução é o maior investimento no capital humano. Esta conceituação implica que a maioria das habilitações econômicas das pessoas não vem do berço ou da fase em que as crianças iniciam a sua instrução. Estas habilitações adquiridas exercem marcada influência. São de modo a alterar, radicalmente, os padrões de acumulação de poupanças e da formação de capitais que se esteja ocorrendo (SCHULTZ, 1964, p. 13).

Assim, a partir desta colocação, é possível perceber a relação direta entre investimento em educação e ganhos econômicos. Nessa concepção, a educação passa a ser a chave para o aumento da rentabilidade, que se materializa em forma de salários mais altos, pagos a trabalhadores especializados, uma vez que a educação passa a ser um ativo de formação de certo capital. A posse desse capital diluído em especializações, transforma o trabalhador especializado em um capitalista autônomo. O que Schultz não explica é como esse capitalista físico, cujo capital está diluído em conhecimento acumulado, não consegue reproduzir seu capital muito menos vendê-lo sem se submeter ao capitalista econômico

proprietário de capital. Estaríamos diante de um capital de segunda classe como sugeriu Rossi (1978)?

Por esse ângulo, o capital humano pode ser entendido como um conjunto de conhecimentos intelectuais e habilidades técnicas, adquiridas por meio da educação, cujo emprego visa propiciar ganhos produtivos e econômicos, tanto em nível pessoal quanto geral. Isso significa que a ideologia do capital humano se apresenta sob duas perspectivas. A primeira corresponde a um plano geral, ou seja, a totalidade da economia capitalista expresso nas empresas capitalistas. Desse modo, o capital humano pode ser entendido como uma expressão teórica, que tem na qualificação, a racionalidade capaz de desenvolver a economia de forma sustentável. A segunda, parte de um indivíduo isolado, portador de um potencial, mas que precisa ser aprimorado e racionalizado, de modo que ele possa contribuir com o bem-estar geral (desenvolvimento sustentável da economia) e, ao mesmo tempo elevar seu nível pessoal (acumular capital em forma de conhecimento especializado).

### **Educação escolar e formação de capital humano**

Como já foi colocado a educação possui um conjunto variado de conceitos e definições em torno de si mesma. No entanto, para entender a relação da ideologia do capital humano com a educação escolar, torna-se necessário apresentar o que Schultz concebe por educação. Para Schultz:

A educação está intimamente associada à cultura da comunidade a que serve e, em decorrência, o conceito de educação difere de uma comunidade para outra. O que a educação tem como constante, em que se pese a caracterização emprestada por essas peculiaridades culturais é o “ensino” e o “aprendizado”. Assim educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão por meio de uma instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades, como por exemplo aperfeiçoar o gosto de uma pessoa (SCHULTZ, 1964, p. 18).

Schultz faz uma divisão entre instrução e educação. Para ele, instrução diz respeito a um conjunto de serviços educacionais oferecidos tanto em escolas de nível primário, no nível secundário e superior. Assim, a organização da educação não se limita apenas em produzir instrução. Porém, a tarefa da educação é fazer progredir o conhecimento através da pesquisa. A recomendação que ele faz é que “a educação deve ser considerada como sendo um conjunto especializado de atividades” (SCHULTZ, 1964, p. 19). Desse modo, as escolas podem ser consideradas empresas especializadas em produzir instrução. “A instituição

educacional que congrega todas as escolas, pode ser encarada como uma indústria” (SCHULTZ, 1964, p. 19).

A partir da concepção de educação exposta acima, bem como as sentenças sobre o papel da escola e da educação, Schultz contribui para desenvolver um modelo utilitarista de educação um tanto quanto messiânico, cujos precedentes estão assentados no aprofundamento da divisão social do trabalho e na formação do especialista. Ademais, a partir desses pressupostos, Schultz busca construir uma explicação para o desenvolvimento econômico.

A aritmética operada por ele mostra a relação direta entre investimento e o número de estudantes em sala de aula em todos os níveis - primário, médio e superior - e o número de salários que estes estudantes poderiam estar ganhando se estivessem fora das instituições educacionais. Deriva desse cálculo o conceito de *salários não pagos*, a soma dos salários não pagos consistiria no valor da educação. Nas palavras do próprio Schultz:

[...] toda instrução é um investimento em salários; que a taxa de rendimentos é a mesma para os níveis de instrução, tanto para o primário como para o nível mais elevado; e que o número de trabalhadores permanece constante. Estabelecidas essas hipóteses simplificadoras, caso o cabedal de instrução, por trabalhador, não se elevasse, a instrução não poderia ser considerada uma fonte de crescimento econômico (SCHULTZ, 1964, p. 59).

Dessa forma, para Schultz, se o investimento em educação não possibilitar um futuro incremento valorativo da instrução que eleve os salários, no sentido de compensar os salários não pagos, não faria sentido investir em educação. Neste sentido, remetendo as formulações de Marx (1983), o investimento em educação na acepção do capital humano, corresponderia ao *capital variável*. O capital variável corresponde a parte do capital que é investido para o pagamento de salários. Dessa forma, um estudante ao ingressar em curso primário ou superior, estaria apto a produzir uma dada mercadoria (conhecimento especializado). Posteriormente, a venda dessa mercadoria possibilitaria ao seu proprietário o retorno desse capital de forma acrescida, como rege o ciclo da produção capitalista.

Cabe salientar que ao tomar a escola como empresa e o sistema educacional como uma indústria, Schultz nada mais faz do que outorgar ao conhecimento e a instrução, a condição de mercadoria. A transformação da educação em mercadoria, remete a um processo maior e mais profundo, que é a própria mercantilização das relações sociais (VIANA, 2016). Esse fenômeno, origina-se no interior da sociedade capitalista e está atrelado a reprodução ampliada do capital. Assim emerge o capital educacional. A emergência dessa forma de



capital fomenta um mercado consumidor de educação, que vai desde a educação primária ao doutorado e um conjunto de mercadorias inerentes ao universo da educação tais como: móveis para equipar escolas e universidades, livros didáticos (capital editorial), programas de computadores, etc.

### **O equivocado conceito de capital humano**

Como é sabido o conceito de capital humano foi desenvolvido na década de 1960 por um conjunto de ideólogos estadunidenses, dentre os quais se destacou Theodor Schultz. No entanto, para descortinar as bases onde repousam tais pressupostos, torna-se necessário definir o que é um conceito. Segundo Nildo Viana, a melhor definição de conceito foi fornecida por Karl Marx, “*os conceitos são expressões da realidade*” (MARX *apud* VIANA, 2007). Assim, seguindo a interpretação que Viana (2007) faz da afirmação de Marx (1989), deve-se entender que os conceitos não podem ser meras invenções que depois de prontos se aplicam a realidade. A partir dessa colocação, surge uma série de questões em torno da definição de um conceito. Vejamos isso mais de perto.

Se o conceito é expressão da realidade, então isso significa que ele tem que partir da própria realidade da qual ele é expressão. A realidade, no entanto, é histórica e comporta múltiplas determinações. Desse modo, o conceito está submetido a essa realidade, sendo expressão histórica da mesma. Porém, se o conceito é expressão da realidade, isso significa que ele pode mudar ao longo da história, uma vez que a realidade é histórica e está sujeita a transformações. Entretanto, isso não invalidaria a historicidade do conceito? Segundo Nildo Viana, não. Uma vez que existem duas formas de conceito:

O singular e o universal. Os conceitos singulares são aqueles que expressam uma realidade histórica determinada e delimitada, ou seja, os momentos específicos de um ser e os conceitos universais expressam uma realidade presente em todos os momentos da história desse ser. Como estamos trabalhando com o caso concreto da sociedade humana, podemos dizer que os conceitos de mais-valor, capital etc. são exemplos de conceitos singulares e os conceitos de modo de produção, sociedade, cultura etc. são conceitos universais (VIANA, 2007, p. 102).

Portanto, para uma conceituação dialética do conceito de forma aprofundada, seria necessário remeter a outras questões, bem como outras formas de conceitos que são desdobramentos do conceito singular e conceito universal. Entretanto, para os propósitos da análise em curso a definição apresentada acima já fornece os esclarecimentos necessários sobre o que é um conceito, uma vez que ficou subentendido que o conceito é expressão da realidade e que este deve partir da própria realidade da qual ele é expressão. No entanto,

justamente aqui surge uma outra questão. O conceito que não expressa uma realidade da qual é expressão e não possui vínculo com a mesma, seria, portanto, um falso conceito? Assim, se torna necessário delongar mais um pouco por aqui no sentido de extrair uma definição correta de conceito, para depois partir para o desdobramento do conceito de capital humano.

Desse modo, torna-se necessário fazer um esclarecimento entre conceito verdadeiro e falso conceito. Tendo em vista que, se o conceito é expressão da realidade e a realidade é uma só, então não tem como existir mais de um conceito sobre a mesma realidade (VIANA, 2007). Desse modo, se um dado conceito não expressa a realidade da qual ele diz ser a expressão, então é um construto. Mas o que é um construto? Para responder essa pergunta recorreremos mais uma vez a Nildo Viana, onde este afirma que o construto:

É uma elaboração sistematizada de uma noção falsa da realidade. O construto, ao contrário do conceito, não é expressão da realidade. É por isso que nos construtos pode estar ausente a historicidade, a conexão com os demais aspectos da realidade etc. um construto isolado não expressa nenhuma realidade é um sistema construtal (alguns diria “sistema conceitual”) não passa de um modelo fundado sobre um conjunto de construtos que buscam passar-se por expressão da realidade embora seja sua deformação (VIANA, 2007, p. 116).

Assim, é possível concluir que existindo apenas uma realidade, só pode existir apenas um conceito capaz de explicá-la. Ou seja, um conceito que seja expressão correta da realidade, o que remete a teoria e seu universo conceitual. Veja-se por exemplo o conceito de modo de produção desenvolvido por Karl Marx, que pode ser um conceito universal. Universal no sentido de que todas as sociedades humanas possuem um modo de produção. Mas se tratando da sociedade capitalista, continua sendo universal. No entanto, ao assumir a forma específica de modo de produção capitalista, torna-se singular. Uma vez que só existe modo de produção capitalista na sociedade capitalista.

O conceito de capital humano na verdade é um construto que se origina de uma ideologia maior da própria noção de capital. O grande equívoco de Schultz e seus seguidores foi negar o trabalho produtivo como fator determinante na produção de capital, que acontece mediante uma relação de produção e apropriação de um excedente. Por outro lado, autonomiza uma relação individualista, onde as aquisições de habilidades cognitivas são portadoras de valor, que por si mesmas são capazes de auto reproduzirem e gerar um valor excedente, ou seja, capital. Desse modo, não é demais ressaltar mais uma vez que, a especialização técnica de um indivíduo, não lhe confere patente de capitalista. Tendo em vista que ao alienar seu conhecimento como parte de um insumo produtivo de uma dada mercadoria, está alienando também sua participação no resultado dessa produção.

Assim, Schultz, no intuito de imprimir um caráter sistemático a seu construto, investe os fatores de produção, transferindo estes para a capacidade produtiva dos indivíduos. Dessa forma, quanto mais o indivíduo se educar e se especializar, sua capacidade produtiva se ampliará e conseqüentemente ampliará também sua cota no lucro. Seguindo essa linha de raciocínio, o próprio conceito de capital também é ampliado, no sentido de agregar as habilidades humanas como fatores de produção capaz de gerar riqueza. Em suas próprias palavras:

A recusa em considerar as habilidades adquiridas pelo homem (habilidades que ampliam a produtividade econômica desse homem) como uma forma de capital, como bens produzidos da produção como resultado de um investimento, tem estimulado o conceito restritivo, patentemente errôneo, de que o trabalho prescinde do capital e de que somente importa o número de horas trabalhadas. Mas, conforme já tive oportunidade de acentuar, os trabalhadores vêm se tornando capitalistas, no sentido que tem adquirido muito conhecimento e diversas habilidades que representam valor econômico (SCHULTZ, 1964, p. 11-12).

Deriva de tal afirmação um conceito de capital elástico, sendo que seu núcleo são as habilidades humanas e o desenvolvimento técnico, o que é, portanto, equivocado. Pois nem mesmo seus predecessores clássicos, Smith e Marshall, defendem um conceito de capital tão amplo e heterogêneo. A concepção clássica defendida por esses dois liberais privilegia três fatores produtivos: o trabalho, o capital e a terra. Nesse sentido, encontra-se em Smith um conceito homogêneo de capital. Embora, tanto Smith quanto Marshall não desprezaram a instrução bem como as habilidades humanas no processo de produção. Porém, estes teóricos nunca defenderam a ideia que as habilidades humanas melhoradas através da educação, ganhariam autonomia e se tornariam um fator preponderante no processo de produção. Desse modo, na acepção do próprio Smith:

Nas habilidades, com os estudos e aprendizagem, custa sempre a quem adquire um custo real, que vem a ser um capital fixo, realizado na pessoa mesma. E assim como está perícia entra em parte do caudal de quem as adquire, assim também entra como um bem público da sociedade da qual se é membro. A adiantada destreza de um operário pode se considerar como uma máquina ou um instrumento de ofício que facilita e abrevia o trabalho, e que, embora custe alguns gastos, recompensa seu custo com lucro (SMITH. 1995, p. 12-13).

Assim, Smith deixa claro que o investimento por parte do capitalista na aquisição de mão de obra especializada constitui investimento em capital fixo. Em outros termos, a contratação de um trabalhador altamente qualificado se compara a aquisição de uma máquina, no sentido de que este produzirá muito mais em um mesmo período de tempo. Enquanto o capitalista comprador dessa força de trabalho terá custos maiores em sua aquisição, no entanto, será recompensado com uma fatia maior de mais-valor. Ademais, a

educação aqui é vista como um benefício social, não como um investimento pessoal visando uma acumulação futura, como quer Schultz.

Outrossim, do ponto de vista teórico e metodológico, o conceito de capital humano engendra dois graves equívocos. O primeiro é de ordem metodológica. Schultz ao privilegiar a educação como uma categoria autônoma, autoexplicativa do aumento produtivo e geração de riqueza, imprime na educação um aspecto neutral e sua análise cai no individualismo metodológico.<sup>1</sup> Outro ponto equivocado em tal conceito é tangenciar o conceito de capital, negando o valor de troca da força de trabalho, ou seja, negar que o trabalho produtivo é a única medida capaz de transferir valor para o produto final no processo de produção. Tendo em vista que a educação se constitui em trabalho improdutivo, e, portanto, incapaz de transferir valor para as mercadorias.

Contudo, pode se afirmar seguramente, que o conceito de capital humano é na verdade, um construto. Sendo que tais sistematizações efetivamente não possuem vínculo com as determinações reais envolvendo a produção e reprodução de capital. Uma vez que o conjunto construtal que forma a ideologia do capital humano, tem como fim ofuscar uma consciência correta da realidade em torno do processo produtivo no modo de produção capitalista. Dissimulando os interesses de classe contidos em tal ideologia.

Dessa forma, ao acenar para o indivíduo e apresentar a educação como meio de crescimento pessoal através do acúmulo de capital em forma de conhecimento, revela o caráter contraditório de tal proposta. Em tese a proposta de Schultz, mascara a alienação e exploração da força de trabalho, conferindo ao seu portador um *status* ilusório. Por fim, cabe ressaltar que o constrangimento a especialização busca ampliar a produção de mais-valor relativo, ao mesmo tempo em que isola o indivíduo politicamente, quando este na busca pela suposta ascensão econômica, não consegue perceber a teia de exploração na qual está envolvido, quando se acredita estar acumulando capital.

### **Considerações finais**

A partir da análise aqui apresentada, podemos seguramente afirmar que a ideologia é uma forma sofisticada de produção do consenso, que a classe dominante utiliza para legitimar seus valores e interesses. Na sociedade contemporânea, onde prevalece a

---

<sup>1</sup> O individualismo metodológico, constitui-se na tentativa de analisar um determinado fenômeno social apartado da totalidade social e histórica, do qual ele se origina.

hegemonia do modo de produção capitalista, essa forma de dominação de classe se robustece cada vez mais e seus discursos assumem a forma de pensamento dominante. No entanto, o estudo das ideologias remete a questões mais profundas, tal como a constituição do próprio conhecimento científico, como padrão de conhecimento dominante.

Por fim, podemos concluir que a concepção de educação expressa na ideologia do capital humano, é um discurso falacioso, cujo propósito é formar uma força de trabalho especializada, no sentido de aumentar a produção de mais-valor relativo. O capital, ao se apropriar do trabalho e transformá-lo em uma atividade alienada, engendrou no trabalhador uma forma de consciência ilusória. Os precedentes desta alienação estão na base do atual padrão educacional, uma vez que se busca formar seres humanos distintos, obedecendo a distinção criada pela divisão social do trabalho, onde uma classe produz e outra apropria. Ademais não é caro constatar que, uma educação que busque contribuir para emancipar pessoas, só pode vir a existir a partir da supressão da divisão social do trabalho, o que pressupõe o fim da propriedade privada dos meios de produção e conseqüentemente a destruição do atual modo de produção e construção de um novo modo de produção, baseado na livre associação dos trabalhadores.

### **Referências bibliográficas**

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano*. Rio de Janeiro: 1979.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BATISTA, Roberto leme. *A ideologia da nova educação no contexto da reestruturação produtiva*. São Paulo: UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MARX, Marx; FRIEDRICH, Engels. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *Textos sobre educação e ensino*. Campinas- SP: Navegando Publicações, 2011.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & Salário preço e lucro*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *O capital: Crítica da economia Política*. Livro I: *O processo de produção do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1998. (Os economistas).

\_\_\_\_\_. *O capital: Crítica da economia Política*. Livro III: *o processo global da produção capitalista*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez editora, 1991.

\_\_\_\_\_. *História da educação*. São Paulo: Cortez editora, 1989.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia*. São Paulo: Victor Civita, 1982.

ROSSI, Wagner. *Capitalismo e educação: Contribuição ao estudo da economia da educação capitalista*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SARUP, Madan. *Marxismo e educação*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

SCHULTZ, Theodore. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. São Paulo: Nova cultural, 1995.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, trabalho e sindicalismo*. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educação e burocracia*. São Paulo: UNESP, 2012.

VIANA, Nildo. *A pesquisa em representações cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015.

\_\_\_\_\_. *A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Rio de Janeiro: AR, 2016.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida- SP: Ideias e Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *O que é marxismo?* Rio de Janeiro: Elo, 2008.